



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ORAL

Segundo especialistas e académicos, as compras electrónicas já são, neste momento, o método mais usado entre os jovens. O desenvolvimento do comércio electrónico em Macau já começou há muitos anos, mas ainda está muito atrasado em relação às regiões vizinhas. E a razão principal para o impedimento do seu desenvolvimento é o baixo nível dos serviços de telecomunicações, que aliás a população também critica por serem “lentos e caros”. O Interior da China já entrou na era “4G”, os EUA já começaram a testar a rede “5G”, enquanto Macau, pelo contrário, ainda permanece na era “3G”. Os residentes já reflectiram sobre as tarifas elevadas e a lentidão de acesso à internet, podendo a velocidade desta ser descrita como “velocidade de tartaruga”. Em vez de se falar da implementação do comércio electrónico, objectivo que é ambicioso, valia mais resolver os problemas, por exemplo, reduzir as tarifas e melhorar a velocidade das redes, ou seja, não colocar a carroça à frente dos bois. Caso contrário, será muito difícil avançar com a divulgação do comércio electrónico. As autoridades devem gerir e fiscalizar bem as operadoras de telecomunicações, e proceder, quanto antes, à devida revisão e à resolução dos problemas com as redes - “a velocidade de tartaruga e as tarifas caras”-, para que a população consiga sentir, verdadeiramente, a conveniência das redes, pois só assim é que será possível divulgar o comércio electrónico.

Para além da velocidade de tartaruga, peritos e académicos referem que a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

falta de leis reguladoras do comércio on-line também podem impedir o desenvolvimento do comércio electrónico. As compras na internet estão na moda, mas também suscitam muitos conflitos. Segundo uma notícia, só 46% dos nossos residentes considera o pagamento na internet seguro e conveniente. Os Estados Unidos, a União Europeia e a Austrália já definiram leis para regular as transações electrónicas, e no Interior da China já foram criadas as “Regras de acreditação do comércio electrónico”, com vista a punir os casos de burla na internet, sobretudo as compras em grupo. Para além disso, o Departamento do Comércio Electrónico do Ministério do Comércio da RPC já está a elaborar leis para regular as compras na internet, com vista a reforçar a respectiva fiscalização. Em Macau, ainda não existem leis para isto, porquê? Se um residente fizer compras na internet e os seus direitos forem lesados por falta de protecção legal, qual é o serviço que deve assumir as respectivas responsabilidades?

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para perguntar ao Governo se pretende implementar o comércio electrónico, se o fizer, tem de resolver primeiro o actual caos da “lentidão e tarifas elevadas” das telecomunicações. O mais importante é resolver a velocidade da internet e reduzir as tarifas, sem se inverter a ordem das tarefas, caso contrário, será difícil impulsionar o comércio electrónico. O Governo deve gerir e fiscalizar bem as operadoras de telecomunicações, e estudar e resolver, quanto antes, o referido caos, “a



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

velocidade de tartaruga da internet e as tarifas elevadas”, para que os cidadãos consigam, realmente, sentir as conveniências da internet e para que o comércio electrónico seja impulsionado. Qual é a resposta do Governo a isto?

2. Segundo alguns especialistas e académicos, para além da “velocidade de tartaruga da internet”, que influencia o desenvolvimento do comércio electrónico, na realidade, a inexistência de regras sobre as compras na internet constituem um obstáculo importante para o desenvolvimento do comércio electrónico. Os Estados Unidos, a União Europeia, a Austrália, etc. já definiram leis sobre as transacções na internet, e o Interior da China lançou as “Regras de acreditação do comércio electrónico” para evitar burlas ao nível das compras em grupo na internet, entre outras. Ao mesmo tempo, o Departamento do Comércio Electrónico do Ministério do Comércio do País já está a elaborar leis sobre a gestão de compras na internet, com vista a reforçar a fiscalização através do aperfeiçoamento da legislação. Mas em Macau, pelo contrário, ainda não existem diplomas legais para regulamentação da matéria. Porquê? Se os cidadãos fizerem compras na internet e os seus direitos e interesses forem lesados devido à inexistência de diplomas legais perfeitos, qual é o serviço que vai assumir as devidas responsabilidades?

23 de Julho de 2015.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

O Deputado à Assembleia Legislativa

Mak Soi Kun

Informações de referência:

1. Inquérito sobre os 52% de utilizadores da internet que já fizeram compras on-line - as compras on-line via telemóvel continuam a aumentar, atingindo já os 72%, "Macao Daily News", 5 de Julho de 2015.
2. Leis mais acreditação – duas formas para regular as compras na internet, "Wen Wei Po", 31 de Julho de 2013.